

**Poesis - Instituto de Apoio à Cultura,
à Língua e à Literatura**

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500
Fax 55 (11) 3940-1501
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Administradores da
Poiesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Poiesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

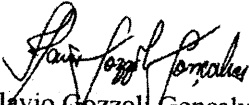


Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Poiesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 10 de fevereiro de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


Flavio Gozzol Gonçalves
Contador CRC 1SP290557/O-2

Poesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2015	2014	Passivo	Nota	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa		13	38	Projetos a executar	6	10.579	20.582
Recursos vinculados a projetos	4	16.294	26.163	Contas a pagar	7	1.614	1.682
Despesas antecipadas		760	834	Obrigações tributárias		65	136
Outros créditos		35	32	Obrigações trabalhistas	8	1.240	1.337
Total do ativo circulante		17.102	27.067	Provisão de férias e encargos		3.409	3.304
Recursos vinculados a projetos	4	4.132	4.273	Total do passivo circulante		16.907	27.041
Depósitos judiciais		200	57	Projetos a executar	6	4.132	4.273
Imobilizado	5	3.773	3.573	Provisão para contingências	9	433	66
Total do ativo não circulante		8.105	7.903	Obrigações com o Estado - Imobilizado	6	3.673	3.573
				Total do passivo não circulante		8.238	7.912
				Patrimônio líquido	11		
				Patrimônio social		17	11
				Superávit acumulado		45	6
				Total do patrimônio líquido		62	17
Total do ativo		25.207	34.970	Total do passivo		25.207	34.970

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações de resultados

Exercícios findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Nota	2015	2014
Receitas operacionais			
Recursos de Contratos de Gestão	12	72.413	71.835
Convênios	12	15	1.707
Outras receitas	12	61	-
Voluntários		156	-
Total de receitas		<u>72.645</u>	<u>73.542</u>
Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	13	(38.667)	(36.258)
Despesas com produção cultural	14	(15.292)	(18.886)
Serviços profissionais	15	(10.097)	(11.424)
Gerais e administrativas	16	(6.871)	(5.317)
Despesas divulgação e comunicação		(97)	(295)
Depreciação e amortização		(859)	(642)
Outras (despesas)/receitas		(4)	1
Voluntários		(156)	-
Despesas operacionais antes das despesas financeiras		<u>(72.043)</u>	<u>(72.821)</u>
Despesas financeiras		<u>(557)</u>	<u>(715)</u>
		<u>(72.600)</u>	<u>(73.536)</u>
Superávit do exercício		<u>45</u>	<u>6</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poiesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Superávit do exercício	<u>45</u>	<u>6</u>
Resultado abrangente total	<u>45</u>	<u>6</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	Patrimônio social	Superávits acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2014	11	-	11
Superávit do exercício	-	6	6
Saldos em 31 de dezembro de 2014	11	6	17
Incorporação do superávit ao patrimônio social	6	(6)	-
Superávit do exercício	-	45	45
Saldos em 31 de dezembro de 2015	17	45	62

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Poesis – Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e 2014

(Em milhares de Reais)

	2015	2014
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	45	6
Ajustes por:		
Baixa de imobilizado	12	5
Depreciação e amortização	859	641
Variação nos ativos e passivos		
(Aumento)/redução nos ativos em		
Recursos vinculados a projetos	10.011	(11.928)
Outros créditos e despesas antecipadas	(73)	(573)
Restituição imobilizado termino contrato de gestão	-	482
Aumento/(redução) nos passivos em		
Projetos a executar	(10.044)	11.635
Obrigações trabalhistas, provisão de férias e encargos	375	1.225
Contas a pagar e obrigações tributárias	(139)	45
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	<u>1.046</u>	<u>1.538</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	<u>(1.071)</u>	<u>(1.559)</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades de investimento	<u>(1.071)</u>	<u>(1.559)</u>
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>(25)</u>	<u>(21)</u>
Caixa equivalente de caixa em 1º de janeiro	38	59
Caixa equivalente de caixa em 31 de dezembro	<u>13</u>	<u>38</u>
	<u>(25)</u>	<u>(21)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Poesis - Instituto de Apoio à Cultura, à Língua e à Literatura (“Poesis” ou “Entidade”), é uma Entidade civil sem fins lucrativos, tem objetivos de natureza sociocultural, literária, artística, museológicos e educacionais, atuando no desenvolvimento e gestão de programas, pesquisas, projetos, bens, espaços e equipamentos culturais e educacionais. Valorizando a Cultura em suas múltiplas expressões, busca facilitar o acesso democrático ao conhecimento, estimular a reflexão e a criação artística e a preservar e divulgar bens culturais e históricos como instrumentos de valorização da identidade e da diversidade.

Em 19 de junho de 2008, o Vice-governador, no exercício do cargo de Governador do Estado, por meio do Parecer nº 0783/08, qualificou a Poesis como uma “Entidade da área da cultura”, com publicação no Diário Oficial em 20 de julho de 2008.

Como entidade sem fins lucrativos, a Poesis é isenta de contribuições e impostos federais, estaduais e municipais, de acordo com as disposições da Constituição Federal.

A Poesis é responsável pela operação de diversos equipamentos e programas culturais por força de Contratos de Gestão firmados com a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo, podendo também firmar parcerias e outros termos de colaboração para desenvolvimento de projetos culturais com instituições públicas e privadas ou através de patrocínio ao amparo de programas de incentivo ou renúncia fiscal.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 10 de fevereiro de 2016.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros não-derivativos registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota 3.c (ii) - vida útil do ativo imobilizado;
- Nota 9 - Provisões para contingências.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Entidade tem seus ativos e passivos financeiros não derivativos registrados pelo valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. Os recebíveis abrangem contas a receber e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos conta movimento. Os recursos financeiros que a Entidade possui, mas que estão vinculados a projetos são apresentados na rubrica de recursos vinculados a projetos.

Recursos vinculados a projetos

Recursos vinculados a projetos representam os saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que possuem utilização restrita e somente poderão ser utilizados para fazer frente às obrigações de projetos relacionados a contrato de gestão e outros ajustes que lhe deram origem.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(ii) Instrumentos financeiros derivativos

Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios de 2015 e 2014, incluindo operações de *hedge*.

b. Apuração do resultado e reconhecimento das receitas e despesas incentivadas

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício e de acordo com a NBC TG 07 - Subvenção e assistências governamentais. Os valores recebidos e empregados do Contrato de Gestão e Projetos Especiais originados de contratos com a Secretaria de Cultura e outros ajustes que envolvam recursos públicos, são registrados da seguinte forma:

- **Recebimento dos recursos:** Quando ocorre o recebimento de recursos é reconhecido o débito de recursos vinculados a projetos e o crédito de projetos vinculados a executar no passivo circulante.
- **Consumo como despesa:** Quando ocorrem os gastos do Contrato de Gestão e dos recursos incentivados, são reconhecidas as despesas correspondentes, sendo as despesas reconhecidas em contrapartida ao crédito de caixa e equivalentes de caixa e, nesse mesmo momento, as receitas são reconhecidas em contrapartida ao débito do passivo de projetos a executar.

c. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

(ii) **Depreciação**

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso. A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Equipamento de áudio e vídeo	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Equipamentos de som/luz	10 anos
Máquinas e Equipamentos	10 anos
Instalações	10 anos
Equipamento de telecomunicação	5 anos
Software	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

d. **Redução ao valor recuperável**

(i) **Ativos financeiros**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A Administração da Entidade não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão.

e. **Provisões, passivos circulantes e não circulantes**

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

f. **Demais ativos circulantes e não circulante**

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data dos balanços.

g. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, basicamente, o imposto e Renda Retido na Fonte - IRRF, o Imposto sobre Operação de Crédito e tarifas bancárias cobradas pelas instituições financeiras.

h. Receitas com trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) -Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade a partir do exercício de 2015 passou a valorizar as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em receitas operacionais em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2015 a Entidade registrou o montante de R\$ 156 referente a trabalhos voluntários.

i. Gerenciamento de risco financeiro

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos dos usos de instrumentos financeiros:

- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A Entidade apresenta informações sobre a exposição de cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para manutenção e gerenciamento de risco na Nota Explicativa nº 17.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Entidade são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados, para definir limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade.

j. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Entidade estão mencionadas abaixo. A Entidade não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substitui as orientações existentes na IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4 Recursos vinculados a projetos

	2015	2014
Caixa	28	24
Aplicações financeiras	20.398	30.412
	20.426	30.436
Ativo circulante	16.294	26.163
Ativo não circulante	4.132	4.273
	20.426	30.436

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados a taxas de 106% e 90% do CDI - Certificado de depósito Bancário em 2015 e 2014.

Os recursos vinculados a projetos referem-se a recursos recebidos pela Entidade que serão utilizados exclusivamente nos projetos incentivados e em passivos relacionados a estes projetos, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6.

5 Imobilizado

	01/01/2015 Custo	Adições	Baixas	31/12/15 Custo
Equipamentos de áudio e vídeo	1.290	275	(6)	1.559
Equipamentos de Informática	843	106	(2)	947
Móveis e Utensílios	1.247	317	(11)	1.553
Equipamentos de som/luz	782	253	-	1.035
Máquinas e Equipamentos	69	55	-	124
Instalações	174	9	-	183
Equipamentos de telecomunicações	26	12	-	38
Software	163	44	-	207
Total	4.594	1.071	(19)	5.646

	01/01/2015 Depreciação	Adições	Baixas	31/12/15 Depreciação
Equipamentos de áudio e vídeo	(361)	(285)	6	(640)
Equipamentos de Informática	(188)	(178)	1	(365)
Móveis e Utensílios	(170)	(147)	-	(317)
Equipamentos de som/luz	(228)	(184)	-	(412)
Máquinas e Equipamentos	(16)	(7)	-	(23)
Instalações	(13)	(18)	-	(31)
Equipamentos de telecomunicações	(5)	(3)	-	(8)
Software	(40)	(37)	-	(77)
Total	<u>(1.021)</u>	<u>(859)</u>	<u>7</u>	<u>(1.873)</u>
Saldo líquido	<u>3.573</u>	<u>212</u>	<u>(12)</u>	<u>3.773</u>

	01/01/2014 Custo	Adições	Baixas	31/12/14 Custo
Equipamentos de áudio e vídeo	1.264	128	(102)	1.290
Equipamentos de Informática	631	574	(362)	843
Móveis e Utensílios	1.003	365	(121)	1.247
Equipamentos de som/luz	562	235	(15)	782
Máquinas e Equipamentos	84	-	(15)	69
Instalações	47	130	(3)	174
Equipamentos de telecomunicações	31	7	(12)	26
Software	66	120	(23)	163
Total	<u>3.688</u>	<u>1.559</u>	<u>(653)</u>	<u>4.594</u>

	01/01/2014 Depreciação	Adições	Baixas	31/12/14 Depreciação
Equipamentos de áudio e vídeo	(162)	(243)	44	(361)
Equipamentos de Informática	(167)	(110)	89	(188)
Móveis e Utensílios	(82)	(103)	15	(170)
Equipamentos de som/luz	(92)	(139)	3	(228)
Máquinas e Equipamentos	(11)	(7)	2	(16)
Instalações	(4)	(9)	-	(13)
Equipamentos de telecomunicações	(4)	(2)	1	(5)
Software	(24)	(28)	12	(40)
Total	<u>(546)</u>	<u>(641)</u>	<u>166</u>	<u>(1.021)</u>
Saldo líquido	<u>3.142</u>	<u>918</u>	<u>(487)</u>	<u>3.573</u>

6 Projetos a executar

A seguir apresentamos os contratos em andamento no exercício e sua movimentação demonstrando o total de recursos recebidos pela Entidade e os rendimentos financeiros desses recursos, bem como os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

**Poiesis - Instituto de Apoio à Cultura,
à Língua e à Literatura**
*Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014*

	Saldos em 2013	Valores recebidos	Captação de recursos	Rendimentos financeiros	Recuperação de despesas	Consumo	Movimentação imobilizados	Devolução de recursos	Saldos em 2014
Projetos a executar									
Contrato de Gestão nº 27/2008	(1)	-	-	-	1	-	-	-	-
Contrato de Gestão nº 44/2010	2.649	-	-	8	-	15	-	(2.672)	-
Contrato de Gestão nº 07/2011	9.262	48.875	261	2.240	-	(40.458)	(749)	-	19.431
Contrato de Gestão nº 08/2013	-	28.510	89	574	(858)	(24.895)	(704)	-	2.716
Contrato de Gestão nº 05/2012	1.702	6.272	323	275	-	(5.852)	(106)	-	2.614
Convênio Fussesp nº 286/2012	5	1.752	-	11	-	(1.667)	-	(8)	93
Contrato de Gestão nº 30/2008	1	-	-	1	-	-	-	-	1
Convênio Finep	33	-	-	-	36	(39)	-	(31)	-
Total de projetos a executar	13.651	85.409	673	3.109	(821)	(72.896)	(1.559)	(2.711)	24.855
Total de projetos a executar curto prazo	9.485								20.582
Total de projetos a executar longo prazo	4.166								4.273
	13.651								24.855
Obrigações com estado - imobilizado	3.142					(641)	1.072		3.573
Projetos a executar									
Contrato de Gestão nº 07/2011 (a)	19.431	32.990	42	2.606	-	(42.034)	(765)	-	12.270
Contrato de Gestão nº 08/2013 (b)	2.716	18.875	803	624	96	(22.818)	(110)	-	186
Contrato de Gestão nº 05/2012 (c)	2.614	5.943	212	370	40	(6.829)	(96)	-	2.254
Convênio Fussesp nº 286/2012 (d)	93	-	-	2	-	(15)	-	(80)	-
Contrato de Gestão nº 30/2008	1	-	-	-	-	-	-	-	1
Total de projetos a executar	24.855	57.808	1.057	3.602	136	(71.696)	(971)	(80)	14.711
Total de projetos a executar curto prazo	20.582								10.579
Total de projetos a executar longo prazo	4.273								4.132
	24.855								14.711
Obrigações com estado - imobilizado	3.573					(859)	959		3.673

- **Valores recebidos/repasses** - referem-se aos montantes recebidos ou captados para incentivo aos projetos vinculados.
 - **Rendimentos financeiros** - referem-se a rendimento das aplicações financeiras dos recursos vinculados aos projetos que, de acordo com a norma contábil, são reconhecidos no ativo em contrapartida a projetos a executar.
 - **Consumo** - referem-se aos gastos que foram empregados nos projetos ao longo do exercício social.
 - **Projetos a executar - longo prazo:** referem-se a valores correspondente a 6% do valor total dos recursos repassados no primeiro ano de vigência dos Contratos de Gestão, com o propósito exclusivo de utilização na hipótese de ocorrer atraso na liberação dos repasses por parte da Secretaria de Estado da Cultura. No último ano de vigência dos Contratos de Gestão e após a liberação da totalidade dos correspondentes repasses previstos, é facultada a utilização dos recursos vinculados de longo prazo no custeio das ações previstas no Plano de Trabalho.
- a. **Contrato de Gestão - 07/2011**

Em 20 de dezembro de 2011, a Poiesis firmou com a Secretaria de Estado da Cultura, o Contrato de Gestão nº 07/2011, com vistas à execução de atividades e serviços a serem desenvolvidos em duas unidades de Fábricas de Cultura, localizadas no Jardim São Luis e Vila Nova Cachoeirinha, com vigência até 30 de outubro de 2015, prorrogado pelo 6º aditamento para 20 de fevereiro de 2016.

O Contrato de Gestão tem por objeto o fomento e a operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços na área de iniciação, formação e difusão de atividades artístico-culturais das mais diversas linguagens junto à população carente, notadamente de jovens da periferia.

Por meio de Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, assinado em 3 de setembro de 2012, a Poiesis incorporou em seu Plano de Trabalho as atividades do Projeto Núcleo Luz.

Em 30 de novembro de 2012, por meio do Terceiro Termo Aditivo, de 1º de julho de 2013, foram incluídos no escopo do Contrato de Gestão 07/2011 a gestão das unidades de Fábricas de Cultura de Jaçanã, Capão Redondo e Brasilândia, passando seu valor global para R\$ 147.223.

Em razão de atraso na entrega da unidade da Fábrica de Cultura de Brasilândia, cujo início de atividades se dá no exercício de 2014, o valor global do contrato do Contrato de Gestão passa a ser de R\$ 139.119, por intermédio do 4º Termo Aditivo firmado em 20 de fevereiro de 2014.

Por meio do 5º Termo Aditivo, firmado em 10 de dezembro de 2014, o montante do Contrato de Gestão a ser repassado para a Entidade, foi atualizado para o valor global de R\$ 127.704.

Em 22 de maio de 2015, com a assinatura do 6º termo de aditamento ao Contrato de Gestão, a sua vigência foi prorrogada até 20 de fevereiro de 2016, e o seu valor global ajustado para R\$ 137.213.

Por meio do 7º Termo Aditivo do contrato de gestão assinado em 19 de outubro de 2015, a sua vigência foi prorrogada até 30 de junho de 2016, e o seu valor global ajustado para R\$ 145.942, com o seguinte cronograma:

*Poiesis - Instituto de Apoio à Cultura,
à Língua e à Literatura
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2015 e 2014*

Repasses do Contrato de Gestão nº 07/2011	Recebidos	A receber	Total
2011	8.600	-	8.600
2012	12.126	-	12.126
2013	35.500	-	35.500
2014	40.000	-	40.000
2015	32.990	277	33.267
2016	-	16.449	16.449
	<u>129.216</u>	<u>16.726</u>	<u>145.942</u>

b. Contrato de Gestão - 08/2013

O Contrato de Gestão nº 08/2013, firmado em 27 de dezembro de 2013 com a Secretaria de Estado da Cultura, tem o propósito de dar continuidade à gestão do programa “Oficinas Culturais” pelo prazo de 54 meses a partir 1º de janeiro de 2014, no valor global de R\$ 134.326.

Em 04 de setembro de 2014 foi firmado o 1º termo aditivo ao Contrato de Gestão nº 08/2013, alterando o Plano de Trabalho de 2014, mediante a inclusão de novas ações e acréscimo de repasses em R\$ 3.510, elevando o valor total do Contrato de Gestão para R\$ 137.836.

Posteriormente, em consequência de sucessivas alterações do Plano de Trabalho de 2015 promovidas por intermédio do 2º termo aditivo assinado em 30 de dezembro de 2014, e do 3º termo de 27 de maio de 2015, o valor do Contrato de Gestão passou a ser de R\$ 129.791, com o seguinte cronograma para repasse de recursos conforme apresentado abaixo:

Repasses do Contrato de Gestão nº 08/2013	Recebidos	A receber	Total
2014	25.000	-	25.000
2015	18.875	580	19.455
2016	-	30.250	30.250
2017	-	33.275	33.275
2018	-	18.301	18.301
Aditivo contratual	3.510	-	3.510
	<u>47.385</u>	<u>82.406</u>	<u>129.791</u>

Em 31 de dezembro de 2015, em razão de perspectiva de contingenciamento orçamentário por parte do Governo do Estado de São Paulo, há gestões em conjunto com a Secretaria de Estado da Cultura para adequação do Plano de Trabalho de 2016 ao valor de R\$ 18.875.

c. Contrato de Gestão - 5/2012

Em 29 de junho de 2012, a Secretaria de Estado da Cultura de São Paulo e a Poiesis celebraram o Contrato de Gestão nº 5/2012, que tem por objetivo fomentar a operacionalização da gestão e execução dos serviços prestados na área de museologia nas Casa das Rosas e Casa Guilherme de Almeida, pelo período de 4 anos e 5 meses, prorrogado pelo 4º Aditivo para 29 de junho de 2017.

O Contrato de gestão firmado previa inicialmente o repasse à Entidade a importância global estimada de R\$ 27.510. Por meio do 2º Termo Aditivo, que veio a ser firmado em 11 de janeiro 2015, o valor global do Contrato de Gestão passou a ser de R\$ 27.710.

Em 12 de maio de 2015, mediante o 3º Termo de Aditamento o Contrato de Gestão teve seu valor alterado para R\$ 26.909, e em razão de 4º Aditivo firmado em 29 de dezembro de 2015, seu prazo de vigência prorrogado para 29 de junho de 2017, com conseqüente alteração de seu valor para R\$ 27.427 distribuído da seguinte forma nos exercícios:

Repasses do Contrato de Gestão nº 5/2012	Recebidos	A receber	Total
2012	3.315	-	3.315
2013	5.951	-	5.951
2014	6.272	-	6.272
2015	5.946	-	5.946
2016	-	5.943	5.943
	<u>21.484</u>	<u>5.943</u>	<u>27.427</u>

Outras informações

Além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto dos Contratos de Gestão, a Entidade também mantém as seguintes fontes de recursos:

- (i) Receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como taxa de inscrição;
- (ii) Receitas advindas da utilização de seus espaços físicos;
- (iii) Doações, legados e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras; e
- (iv) Rendimentos de aplicações e ativos financeiros;

Por força dos Contratos de Gestão, a Entidade está obrigada a cumprir determinadas metas, as quais são trimestralmente e anualmente avaliadas pela Comissão de Acompanhamento e Avaliação dos Contratos de Gestão da Secretaria de Estado da Cultura. No caso de não cumprimento dessas metas, a Entidade poderá sofrer penalidades que podem incorrer em redução e ou extinção dos repasses contratados.

Os relatórios trimestrais relativos ao período de março, junho e setembro de 2015 foram preparados e encaminhados para as respectivas Unidades Gestoras da Secretaria de Estado da Cultura, e já foram objetos de apreciação e aprovação pela Comissão de Avaliação. As prestações de contas referentes aos relatórios de atividades anual serão enviados em fevereiro de 2016.

Os recursos provenientes dos Contratos de Gestão são contabilizados como receitas quando aplicados nos projetos; em decorrência, os montantes ainda não utilizados ficam registrados no passivo circulante na rubrica de projetos vinculados a executar, representando a parcela remanescente a ser aplicada no projeto, acrescida dos rendimentos financeiros auferidos decorrentes de sua aplicação.

Convênios

Corresponde às parcerias realizadas junto a outras entidades para o desenvolvimento compartilhado de atividades relacionadas às operações da Entidade.

d. FUSSESP: Espaço de Leitura

A Poesis, em parceria com o Fundo de Solidariedade e Desenvolvimento Social e Cultural do Estado de São Paulo (FUSSESP), desenvolve no Parque Dr. Fernando Costa (Água Branca, São Paulo - SP), a ação “Espaço de Leitura”, que visa proporcionar à população carente acesso ao mundo das letras de forma atuante e prazerosa, incentivando o desenvolvimento cultural com vistas à ampliação das oportunidades de inclusão social.

De forma contínua a ação promove atividades culturais e educativas relacionadas à leitura e à literatura no parque, garantindo acesso à cultura à população atendida por meio das entidades cadastradas no FUSSESP e ao público em geral, de forma participativa, em ambiente social e fisicamente prazeroso. Além disso, ela disponibiliza um acervo variado de livros e publicações para consulta e leitura no local, num espaço de leitura lúdico e aberto.

A parceria, formalizada através de Termos de Convênio, teve seu início em 2010, e já foi sucessivamente renovada em diversas oportunidades, estando atualmente em vigor o Convênio nº 286/2012, firmado em 29 de junho de 2012, com vigência inicial de 12 meses, podendo ser prorrogado até o limite de 60 meses.

O valor estimado para ações do 1º ano do Convênio foi de R\$ 3.114, sendo de R\$ 2.804 o valor dos repasses da FUSSESP, R\$ 1.202 no exercício de 2012 e R\$ 1.602 no de 2013. A prestação de contas referente a este período já foi finalizada, com a devolução de R\$ R\$ 89 em 26 de dezembro de 2013.

Em 28 de junho de 2013 foi firmado o 1º Termo de Aditamento ao Convênio, estendendo suas ações por mais 12 meses até 28 de junho de 2014, e destinando recursos da ordem de R\$ 1.838, sendo R\$ 926 repassados no ano de 2013 e R\$ 912 no de 2014.

O Convênio teve seu 2º Termo de Aditamento celebrado em 29 de junho de 2014, no qual prorrogou-se as atividades até o dia 31 de dezembro de 2014 com repasses de recursos no montante de R\$ 840. Dessa forma, o montante total de repasse no exercício de 2014 foi de R\$ 1.752. Com o encerramento do convênio, foi restituído à FUSSESP o valor de R\$ 80 como saldo financeiro do convênio.

7 Contas a pagar

	2015	2014
Fornecedores	178	280
Prestadores de serviços	1.436	1.402
	<u>1.614</u>	<u>1.682</u>

8 Obrigações trabalhistas

	2015	2014
INSS a recolher	596	650
IRRF a recolher	247	266
FGTS a recolher	163	176
ISS a recolher	112	67
Serviços prestados por autônomos a pagar	23	87
PIS s/ folha de pagamento a recolher	28	34
Rescisões contratuais a pagar	30	14
Outras	41	43
	1.240	1.337

9 Provisão para contingências

A Entidade reconhece a provisão para riscos trabalhistas quando seus assessores jurídicos consideram como provável o risco de perda de demandas judiciais e administrativas, que acarretarão em desembolso de recursos que possam ser mensurados com razoável nível de segurança.

Em 31 de dezembro de 2015, a Entidade figura como reclamada em 12 ações de natureza trabalhista (17 em 2014) e 2 ações de natureza cível (02 em 2014), que totalizam 14 ações em 2015 (19 em 2014). Foi registrado como provisão, o valor de R\$ 433 (R\$ 66 em 2014), relativo ao risco trabalhista e classificados pelos assessores jurídicos como risco de perda provável, considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso.

A Entidade possui em 31 de dezembro de 2015 o montante de R\$ 180 (R\$ 190 em 2014) de processos com probabilidade de perda possível, de natureza trabalhista e cível.

10 Partes relacionadas

O Estatuto Social da Entidade possui previsão de não remuneração dos membros do Conselho. Dessa forma, a Entidade não concede nenhum tipo de remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, por qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes foram atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

Em 31 de dezembro de 2015 houve o reconhecimento de trabalho voluntário por parte de Conselheiros da entidade.

11 Patrimônio líquido

O patrimônio líquido é composto, substancialmente, pelo patrimônio social e pelos superávits apurados anualmente.

Em caso de extinção ou desqualificação da Entidade como organização social, haverá a incorporação integral do patrimônio, dos legados ou das doações que lhe foram destinados, bem como dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, ao patrimônio de outra organização social qualificada no âmbito do Estado de São Paulo, da mesma área de atuação, ou ao patrimônio do Estado, na proporção dos recursos e bens por este alocados através do Contrato de Gestão.

12 Receitas operacionais

a. Contrato de Gestão

	2015	2014
Contrato de Gestão nº 07/2011	40.084	38.504
Contrato de Gestão nº 08/2013	21.425	24.302
Contrato de Gestão nº 05/2012	6.247	5.281
Contrato de Gestão nº 30/2008	-	1
Receitas financeiras	3.600	3.109
Parcerias	788	474
Aluguel de espaço	240	161
Outros	29	3
	<u>72.413</u>	<u>71.835</u>

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 6, além dos recursos financeiros provenientes do Poder Público, para execução do objeto do Contrato de Gestão, a Entidade também mantém as fontes de recursos advindas de (i) receitas auferidas pela prestação de serviços e pela realização de atividades, tais como taxa de inscrição, (ii) da utilização de seus espaços físicos, (iii) doações e (iv) rendimentos de aplicações e ativos financeiros.

Acima apresentamos as receitas auferidas por meio dessas captações e provenientes do Poder Público.

b. Convênios

	2015	2014
Convênio Fussesp Espaço de Leitura	13	1.667
Convênio Finep	-	39
Receitas Financeiras	2	1
	<u>15</u>	<u>1.707</u>

c. Outras

	2015	2014
Doações	60	-
Receitas Financeiras	1	-
	<u>61</u>	<u>-</u>

13 Despesas com pessoal

	2015	2014
Salários, horas extras e outras	20.754	19.417
Encargos	8.026	7.344
Férias e encargos	3.497	3.432
13º e encargos	2.374	2.230
Benefícios	4.016	3.835
	<u>38.667</u>	<u>36.258</u>

14 Despesa com produção cultural

	2015	2014
Serviços artísticos	9.559	11.679
Materiais de produção	2.776	3.291
Serviços técnicos de produção	993	1.418
Despesas com transporte	682	1.041
Viagens e estadias	731	801
Cooperativas	462	483
Aquisição de acervo	85	166
Direitos autorais	4	7
	<u>15.292</u>	<u>18.886</u>

Nessa conta encontram-se todos os gastos com o desenvolvimento e execução das atividades culturais nos equipamentos geridos, tais como exposições, saraus, palestras, cursos, oficinas, recitais, peças de teatro, shows musicais, ou seja, eventos de incentivo à poesia, à literatura e às diversas áreas de produção artística e cultural. Estão incluídas nessa rubrica a contratação de profissionais autônomos, como curadores, artistas, professores, entre outros, e contratação de serviços diversos e compra de materiais para suporte aos profissionais contratados.

15 Serviços profissionais

	2015	2014
Serviços de limpeza e vigilância	8.623	10.111
Assessoria em T. I.	613	547
Assessoria contábil	372	372
Assessoria em elaboração de projetos	235	196
Outros serviços especializados	105	108
Assessoria jurídica	149	90
	<u>10.097</u>	<u>11.424</u>

16 Gerais e administrativas

	2015	2014
Conservação e manutenção	2.260	729
Aluguel e condomínio	1.178	999
Serviços de utilidade pública	954	887
Locações	531	1.104
Material de escritório e outros	463	577
Telefonia	430	480
Contingencia trabalhistas	367	-
Seguros	201	69
Viagens e estadias	6	39
Outros	481	433
	<u>6.871</u>	<u>5.317</u>

17 Instrumentos financeiros

A Entidade opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem aplicações financeiras e caixa e equivalentes de caixa, assim como contas a pagar e salários, férias e encargos, cujos valores são representativos aos respectivos valores de mercado.

Estimativa do valor justo

Os valores contábeis constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado. Durante este exercício a Entidade não efetuou operações com derivativos.

Instrumentos financeiros “Não derivativos”

Todos os ativos financeiros “não derivativos” (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

O CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Entidade, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 38 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- **Nível 1** - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- **Nível 2** - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- **Nível 3** - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Entidade está classificado como Nível 2 (representado pelas aplicações financeiras).

Em função das características e forma de operação bem como a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2015, a Entidade está sujeita aos fatores de:

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Entidade irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A Abordagem da Entidade na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Entidade.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Entidade, no valor de suas participações em instrumentos financeiros. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações nas receitas e nos custos da Entidade. O

Objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação às taxas de juros, visando a mitigação deste tipo de risco, a Entidade centraliza seus investimentos em operações com taxas de rentabilidade que acompanham, a variação do CDI - certificado de depósito interbancário e fundos de renda fixa.

18 Avais, fianças e garantias

A Entidade não prestou garantias ou participou de quaisquer transações como interveniente garantidora durante os exercícios de 2015 e 2014.

19 Renúncia fiscal

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, a Entidade apresenta a seguir, na hipótese dos recursos de subvenção governamental utilizados para custeio das atividades da Entidade pudessem ser considerados como receita tributável, a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014:


- IRPJ (Imposto de renda da Pessoa Jurídica)
- CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido)
- ISSQN (Imposto sobre Prestação de Serviços de Qualquer Natureza)
- COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre as receitas próprias.


20 Cobertura de seguros

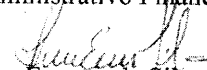
Em 31 de dezembro de 2015, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era de R\$ 70.848 e R\$ 3.000 para responsabilidade civil.

21 Eventos subsequentes

Em 1º de fevereiro de 2016, mediante despacho do Secretário-Adjunto da Secretaria de Estado da Cultura publicado no Diário Oficial de 02 de fevereiro de 2016, a Entidade foi selecionada para dar continuidade ao gerenciamento das Fábricas de Culturas (Contrato de Gestão nº 07/2011) até 31 de dezembro de 2020, para o que se manifestou tempestivamente como interessada nos termos da Convocação Pública objeto da Resolução SC, de 25 de novembro de 2015.

* * *

Clovis de Barros Carvalho
Diretor executivo


Plinio Silveira Correa
Diretor Administrativo Financeiro


Adilson Ernesto da Silva
Contador CRC 1SP266387/O-7